



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 02/2016

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 27 de janeiro de 2016*


----- Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para se congratular com a forma como decorreu o Ato Eleitoral, do transato dia 24 de janeiro, aproveitando de seguida para endereçar os “parabéns e desejar as maiores felicidades” ao Presidente da República eleito. Culminou a sua intervenção agradecendo aos interlocutores afetos ao processo eleitoral, bem como aos restantes funcionários, nomeadamente a nível de transportes. -----

----- O vereador José Pereira interveio para corroborar com o frisado pelo



sr. presidente, no entanto, realça duas situações que decorreram menos bem, nomeadamente a nomeação dos membros da mesa, na Assembleia de Voto de Martim Longo, dado não ter sido usado o mesmo critério, como foi referido na última reunião ordinária, “em que o presidente se limitou a nomear pessoas da sua família política”, bem como o facto de o presidente ter “passado credenciais a delegados do Partido Socialista (PS) que não representavam qualquer candidatura e estavam presentes nas mesas de voto”, e como tal questiona o sr. presidente se considera que cometeu ou não uma ilegalidade. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que respeita a opinião demonstrada, porém, considera que “em momento algum, houve da sua parte, a tentativa de privilegiar esta ou aquela pessoa”, contudo, o vereador poderá apresentar as ilegalidades existentes no procedimento. Deu nota de seguida que considera que cumpriu as normas, na nomeação dos membros da mesa, verificando-se apenas alteração na Assembleia de Voto de Martim Longo, tendo separado os membros constantes nas mesas das anteriores Eleições, “sem qualquer interesse da família política, não entendendo a afirmação proferida, dado que não viu ninguém filiado no PS, aquando da sua deslocação à mesa de voto”. Findou referindo que o processo eleitoral correu bem, sem qualquer ilegalidade da sua parte. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar novamente se o sr. presidente “passou ou não” credenciais a pessoas que não representavam qualquer candidatura?, tendo o presidente da Câmara usado da palavra para informar que os “requisitos necessários estavam todos preenchidos”. O vereador continuou a sua intervenção discordando do presidente, uma vez que tem conhecimento, com mandatário concelhio que existiam pessoas afetas ao PS, com credenciais que não representavam qualquer candidatura (Sampaio da Novoa, Maria de Belém, Vitorino Dias), e como tal gostaria de obter resposta à questão apontada anteriormente. Relembrou de seguida que o presidente não manteve o critério utilizado nas anteriores eleições, para nomeação dos membros, e como tal o mesmo tem que aceitar a sua opinião e não desculpar-se “se as pessoas são ou não filiadas”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer o assunto em questão, com base no n.º 2 do artigo 46.º (Designação dos Delegados das

Mesas), da Lei Eleitoral da Assembleia da República, bem como referir que o sr. vereador poderá “fazer as suas démarches”, no sentido de averiguar se existiu ou não ilegalidades, no procedimento do Ato Eleitoral.-----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que um delegado é um representante do partido/candidatura A ou B, sendo a pessoa que fiscaliza as operações de votação, segundo legislação própria. Findou referindo que o Ato Eleitoral correu bem, “apenas com estes dois episódios” que são da responsabilidade do sr. presidente, e nesse sentido irá envidar esforços para averiguar “quem é que tem razão”. -----



O vereador continuou a sua intervenção questionando o sr. presidente, no que concerne ao processo de aquisição de um prédio em Alcútem, pertencente ao sr. Francisco Xavier, nomeadamente se o processo encontrar-se concluído? Qual foi o custo total dessa aquisição? Qual o motivo dessa compra? Qual o interesse público justificável para a aquisição do prédio? -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que o processo em causa encontra-se concluído, cujo a escritura ocorreu no transato dia 20 de janeiro, com um custo de € 70.000,00 (setenta mil euros), tendo como objetivo principal a criação de duas ou três valências, a nível de venda de produtos locais (doçaria), espaço cultural, com a inserção de um espólio oferecido à Edilidade, na área da leitura. Finalizou referindo que considera que as valências atrás mencionadas são de interesse público. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para solicitar esclarecimentos pelo facto de o processo encontrar-se concluído, e o inquilino ainda se encontrar no interior do referido prédio. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que a data da escritura foi antecipada, e que no dia da formalização do Ato, o Sr. Francisco Xavier informou a Câmara Municipal que ainda possuía alguns bens, dentro do referido prédio, porém, considera que é uma situação que não deverá ser muito duradora. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que não corrobora com o referido, dado que o assunto já foi presente a reunião de Câmara há dois/três meses atrás, e o inquilino “saberia a priori que teria que sair da habitação, portanto não concorda com a justificação”. -----



----- O vereador José Galrito interveio para relembrar que aquando da aquisição da Casa dos Condes, por parte da Autarquia, o inquilino da altura permaneceu também bastante tempo dentro do referido prédio, tendo a vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usado da palavra para mencionar que nada tem a ver com o passado, dado que se encontra no seu primeiro mandato, e como tal só poderá reclamar situações, que não concorda, no presente. -----


----- O presidente da Câmara usou da palavra para informar que o processo da compra e venda do referido prédio, previa que a escritura “fosse feita até ao final do mês de janeiro”, e como tal o inquilino não criou as condições de saída, no entanto, considera que a situação ficará, resolvida, nas próximas semanas. -


----- O vereador José Pereira interveio para questionar qual a razão da escritura ter sido antecipada, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que o motivo prendeu-se com datas e disponibilidade dos cartórios.-

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para relembrar que na última reunião de Câmara solicitou informação sobre o nome dos empreiteiros, no que concerne às adjudicações superiores a € 5.000,00 (projeto das água residuais dos montes do rio e projeto de pavilhão industrial, e até hoje não obteve resposta, bem como referir que solicitou igualmente a listagem dos deficientes abrangidos pelo protocolo com a Santa Casa da Misericórdia (SCM) e averiguação da presença ou não “de uma pessoa abrangida pelo referido programa no seu local de trabalho”, uma vez que tem conhecimento que o mesmo não tem comparecido ao serviço, pelo que solicita esclarecimentos. ---

----- O vereador Paulo Paulino interveio para referir que entregará a informação solicitada, ainda no decorrer da reunião. Foi entregue a respetiva documentação.-----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para referir que os colaboradores afetos ao referido programa são o Paulo Pereira (Museu de Santa Justa) e José Domingos Teixeira (Piscina Municipal), e que após a última reunião de Câmara contactou o provedor da SCM para averiguar a situação, tendo sido informado pelo o mesmo que o sr. José Domingos Teixeira está impedido de se deslocar ao serviço, por motivos de saúde, encontrando-se no momento a realizar um conjunto de diligências médicas, no sentido de arranjar novo tratamento e/ou medicação. Deu nota ainda que solicitou ao provedor que se





encontre uma nova tarefa e/ou função, de modo a que o colaborador possa dar algum contributo, adaptado às atuais condições físicas do mesmo, uma vez que o protocolo com a SCM tem carater humanista, de integração e de ocupação. Culminou a sua intervenção solicitando a apresentação de sugestões. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o programa em questão foi criado no sentido “de ajudar as pessoas”, mas com a finalidade de existir uma contrapartida das mesmas. De seguida mencionou “que não tem nada contra a pessoa em causa”, porém, considera que deverá existir outro tipo de apoio, dando como exemplo as propostas do Gabinete de Ação Social para apoio aos carenciados (compra de medicação, reparação de habitação, etc). Findou mencionando novamente que o programa financia pessoas portadores de deficiência a troco de uma contrapartida, “e depois existem pessoas que a prestam e outras não”, e como tal considera que a vaga em questão, deverá passar para outro colaborador que necessite, e a Edilidade auxiliar o sr. José Domingos com os apoios atrás referidos. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que corrobora com o ponto de vista abordado, no entanto, considera que a Edilidade deve aguardar no sentido de verificar se a situação é pontual ou de carácter definitivo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que a ausência do colaborador já se verifica há algum tempo, e como tal é da opinião que já existe uma situação de injustiça para com os restantes colaboradores. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para frisar que é da opinião que deverá existir o incremento de ações/formas criativas (leitura, escrita), de modo a estimular a mente e proporcionar o desenvolvimento pessoal, social e profissional do colaborador em causa. -----

----- O presidente da Câmara interveio novamente para corroborar com o referido, e informar que se deve aguardar pelo resultado dos exames médicos que o mesmo realizou. Alertou de seguida os vereadores em regime de não permanência, para a indicação de um representante da sociedade civil, para integração na Comissão Municipal de Toponímia, conforme deliberação de Câmara, em reunião ordinária de 09 de dezembro de 2015, tendo os mesmos indicado o sr. Abílio Frade da Encarnação. -----



----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º17) respeitante ao dia 26 de janeiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.329.955,36; -----

----- Operações Orçamentais - € 983.289,10; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 339.254,11 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O Senhor presidente pôs à discussão a: -----

**Ata n.º 01/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 13 de janeiro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – 1.ª FASE – CANCELAMENTO E GARANTIA BANCÁRIA:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação do cancelamento de garantia bancária, nos termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – 1.ª FASE – RESTITUIÇÃO DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar proceder à aprovação do cancelamento de garantia bancária, nos termos da informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

-----  
----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO PORTO, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE JÚNIOR:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar o protocolo de cooperação com a Universidade do Porto, com uma previsão de custos de € 2.625,00 (dois mil seiscientos e vinte e cinco euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM PARA O ANO DE 2016:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, de acordo com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o deferimento da lista dos agregados familiares, constantes na informação, pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016. -----


----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM –**

**SAÚDE ORAL 2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro aprovar o Acordo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, com uma previsão de custos de € 12.000,00 (doze mil euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

-----  

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E CO CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo, com a atribuição de comparticipação financeira no valor de € 6.000,00 (seis mil euros) ao Clube de Karaté de Alcoutim e Martim Longo, para apoio à execução do Plano de Atividades, no que concerne às atividades descritas, no protocolo de colaboração. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que Protocolo de Colaboração do ano transato contemplava uma alínea, em que referia que “a Câmara pagava conforme o n.º de atletas”, e como tal questiona o porquê da sua retirada, no presente ano, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para esclarecer que o motivo de discussão, no ano anterior prendeu-se por causa do montante referente ao evento/encontro de Karaté, “se estava ou não englobado nos € 6.000,00”. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção relembrando que a dúvida prendia-se também com as injustiças existentes com os restantes Clubes/Associações, dando como exemplo os apoios financeiros ao Grupo Desportivo de Alcoutim e Associação Inter-vivos. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que o montante previsto (€ 6.000,00) é uma previsão “que nós temos”, tendo em conta o número de inscritos na modalidade, “ficando uma pequena margem para novas inscrições”. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que o protocolo poderá ser objeto de revisão, segundo a cláusula sexta, e que o valor foi calculado com segurança para o ano de 2016, no entanto, o assunto poderá ser presente a reunião de Câmara, caso se justifique. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para reforçar que poderão existir novas comparticipações financeiras para os restantes clubes/associações, caso se justifique igualmente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----



B

----- **NUMERAÇÃO DE POLÍCIA – APROVAÇÃO PARA A RUA DA CENTRAL ELÉTRICA - ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que sejam aprovados os números de polícia propostos em planta anexa para a Rua da Central Elétrica, de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Alcoutim. ---

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo entre o Município de Alcoutim e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, com uma previsão de custos de € 41.808,00 (quarenta e um euros e oitocentos e oito euros). -----

----- Os vereadores José Pereira e Drª Dalila Barros ausentaram-se da Sala, por fazerem parte da Direção e serem parte interessada, não participando na discussão e votação deste ponto, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: PROCESSO N.º 7/2016 – MARIA DE FÁTIMA FERNANDES FREIRE:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de

setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade: --- Prédio rústico com artigo matricial n.º 129 e secção 40, no sítio da Ferrojal do Monte, em nome de António Joaquim Fernandes; -----

Em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Maria de Fátima Fernandes Freire e ½ em nome de Helena Rosa Fernandes Berjano, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão. -----

----- **PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO – NÃO ADJUDICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO – AQUISIÇÃO DE SEGUROS CP 02/2015:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar a ratificação do despacho de 14 de janeiro de 2016 e consequentemente, a não adjudicação do Concurso Público “Aquisição de Serviço de Seguros – Triénio 2016-2019”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO – DESPACHO DE ABERTURA – AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS TRIÉNIO 2016/2019:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar no uso da competência que me é conferida pelo disposto na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, a ratificação do despacho de 14 de janeiro de 2016 e a consequente abertura de Concurso Público – Aquisição de Serviço de Seguros Triénio 2016-2019. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE TAVIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo de colaboração entre o Município de Alcoutim e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira, com uma previsão de custos de € 54.000,00 (cinquenta e quatro mil euros). -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar se a Unidade Móvel de Saúde (UMS) contempla consultas de psicologia, tendo o presidente usado da palavra para esclarecer que a Câmara Municipal de Alcoutim, em anos anteriores contratualizou com a Cruz Vermelha dois protocolos, no âmbito dos serviços de ambulâncias/consulta de psicologia e outro que integrava a UMS (enfermagem, socorristas, médicos), e no momento, só irá ser contratualizado apenas um que engloba tudo, em as consultas de psicologia estão incluídas (2 vez por mês), com marcações prévias, no Espaço Saúde. -----

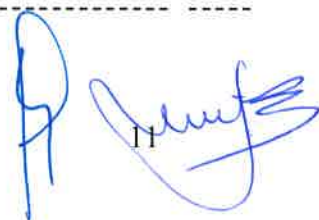
----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar se verba a gastar com UMS e consultas de psicologia (2016) é a que consta no protocolo, bem como se os almoços do pessoal afeto à mesma, são pagos pela Edilidade. --

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que a verba é a que consta em protocolo, e que no momento, não se verifica qualquer pagamento de almoços, porém, no passado verificou-se essa situação. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para solicitar esclarecimentos sobre a distribuição da verba, e relembrar que deverão ser entregues, como solicitado há bastantes reuniões, os relatórios trimestrais da UMS, dado que só possui cópia de um documento (relatório), tendo o presidente mencionando que os mesmos serão entregues, com a maior celeridade possível. Quanto à distribuição de verbas, informou que irá solicitar informação, junto da Cruz Vermelha – Extensão de Tavira. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

-----



----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do artigo 33.º do Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em epígrafe, de acordo com o artigo 25.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro e o da alínea u) do artigo do artigo 33.º do Anexo à Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Os vereadores José Pereira e Drª Dalila Barros ausentaram-se da Sala, por fazerem parte da Direção e serem parte interessada, não participando na discussão e votação deste ponto, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO ALGARVE, PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE VERÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar o protocolo de cooperação com a Universidade do Algarve, com uma previsão de custos de € 1.875,00 (mil oitocentos e setenta e cinco euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

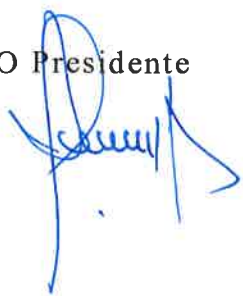
----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de

Câmara de 27 de janeiro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar.

O Presidente



O Secretário

